

Estudo Técnico Preliminar 414/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Objeto

Obra de execução de calçadas (Passeio Público) nas respectivas escolas:

EMEI Darcy Vargas, Avenida Borges de Medeiros, nº 770 Nossa Senhora do Rosário. 97010-080 Santa Maria - RS. Código INEP: 43188842, localização urbana e possui atendimento na Educação Infantil de forma regular.

EMEF Livia Menna Barreto, Rua Ernesto Pereira, S/Nº Santos Dumont. CAMOBI. 97105-140, Santa Maria - RS. Código INEP:43123244 localização urbana e possui atendimento na Educação Infantil e Ensino Fundamental de forma regular.

EMEF Santa Helena, Rua Manoel Machado, S/Nº, Vila Santa Helena. CAMOBI. 97105-240 Santa Maria - RS. Código INEP:43123627, localização urbana e possui atendimento no Ensino Fundamental de forma regular.

EMAI, Avenida Rio Branco, nº 66, Centro. 97010-420 Santa Maria - RS. Código INEP:43212140, localização urbana e possui atendimento no Ensino Fundamental de forma regular.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Município da Educação - Superintendência Administrativa e Financeira	Jean Alexandre Pezzini

4. Descrição da necessidade

Considerando que a Secretaria de Município da Educação, como mantenedora, tem a incumbência de apoiar as demandas educacionais e garantir que os serviços públicos sejam devidamente executados, com vistas assegurar o cumprimento de sua atividade fim enquanto órgão, qual seja, o direito integral à educação;

Considerando, nesse sentido, que é perceptível e indiscutível a dependência de todas as demais atividades à estrutura física de uma escola, tornando essa demanda primordial à qualidade de vida e dignidade da comunidade escolar;

As Escolas Municipais estão sendo acompanhadas pelo ministério público em função da respectiva necessidade de solução dos problemas em sua estrutura física, a qual afeta diretamente a funcionalidade do estabelecimento de ensino, o qual visa atender de maneira digna a comunidade escolar que ali transita.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para reduzir os efeitos devastadores que procrastinam a oferta de serviços públicos, a empresa deverá ter conhecimento e capacitação técnica. Logo, torna-se imperioso que seja adotado atestado de capacidade técnica operacional para a realização dos serviços mais relevantes da obra, conforme preconizado pelo Acórdão nº 2308/2012 (“é lícita a execução de quantidades mínimas de serviços relevantes de dada obra para a comprovação de capacidade técnico-operacional de licitante”) e o de nº 2.924/2019, que estabeleceu o limite máximo de quantidade em 50%.

O Município precisa minimizar os riscos e os prejuízos ao erário que possam ocorrer devido à inexperiência, ineficácia e imperícias de empresas que não estão habituadas a trabalhar em contratos similares. Os serviços licitados possuem particularidades e necessitam cuidados que vão desde a expertise na interpretação técnica dos projetos e normas até o entendimento dos processos administrativos que envolvem a contratualização com o ente público ou privado.

5.1. Desta forma, para verificação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA deverá ser apresentado:

Certidão de Registro da Pessoa Jurídica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Profissional competente, que exija tal inscrição, da região da sede da empresa.

Certidão de Registro Profissional, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho Profissional competente, de profissional (Engenheiro Civil, Arquiteto e Urbanista ou outro legalmente habilitado) designado para ser o responsável técnico pelo serviço, devendo comprovar seu vínculo com a empresa.

- a) Em se tratando de sócio(s) da empresa, por intermédio da apresentação do contrato social ou documento equivalente.
- b) No caso de empregado(s), mediante cópia da(s) Carteira(s) de Trabalho devidamente registrada(s).
- c) No caso de contrato de prestação de serviços, mediante cópia do contrato com firma reconhecida ou registro no órgão competente ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
- d) Em qualquer caso, pela certidão de registro do licitante (pessoa jurídica) no Conselho Profissional competente, se nela constar o nome do profissional designado.

5.3. Comprovação de Capacidade Técnico Profissional, em nome do responsável técnico da empresa, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente vistado ou registrado pelo CREA ou Conselho Profissional competente, comprovando ter o mesmo executado serviços com características iguais ou semelhantes ao objeto dessa licitação.

5.4. Comprovação de Capacidade Técnico Operacional, em nome da empresa licitante, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando ter a mesma executado serviços com características iguais ou semelhantes ao objeto da licitação.

5.5 O pagamento será efetuado em 15 (quinze) dias, contados do protocolo da Nota Fiscal junto à fiscalização. Para tanto, em até 05 (cinco) dias do seu recebimento, a referida fatura deverá ser encaminhada à Secretaria de Município de Finanças, acompanhada da planilha de medição, e estar devidamente visada e aceita pelo responsável pela fiscalização.

6. Levantamento de Mercado

Considerando que o município não possui mão-de-obra suficiente e nem todos os equipamentos adequados para a realização dos serviços propostos;

Considerando experiências anteriores em editais e contratações de objeto similares por esta Secretaria;

Verifica-se que a contratação de empresa terceirizada para a realização dos serviços é o que melhor atende as necessidades de forma a dar mais celeridade e melhor custo benefício aos serviços propostos.

A metodologia de levantamento de preços de mercado seguiu diretrizes orçamentárias vigentes para contratações de obras e serviços de engenharia através da utilização de bancos de dados referenciais de abrangência nacional, como SINAPI.

7. Descrição da solução como um todo

O objeto proposto trata-se de obra de engenharia e contempla basicamente os seguintes serviços:

Serviços de Instalações provisórias: Conforme projeto e memorial descritivo.

Limpeza do terreno e obra: Conforme projeto e memorial descritivo.

Demolição e Remoções: Conforme projeto e memorial descritivo.

Construção: Conforme projeto e memorial descritivo.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A elaboração das quantidades de material e serviço estimados a serem contratados para atender ao objeto proposto foram calculadas através de memórias de cálculo respectivas para cada serviço:

Memória De Cálculo Geral com base em 07/2024 na Planilha SINAPE.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 308.094,74

O valor estimado para contratação, conforme planilhas orçamentárias e relatórios anexos ao projeto, os quais Composições com Preço Unitário, Orçamento Sintético com valor de Mão de Obra e Material, Curva ABC e Cronograma Físico-financeiro, foi de R\$ 308.094,74 (trezentos e oito mil, noventa e quatro reais e setenta e quatro centavos).

Tal valor foi definido a partir dos preços unitários dos bancos de dados do SINAPI (CEF), com data-base, respectivamente, de julho de 2024, a mais recente disponível quando da elaboração do orçamento de referência, sem desoneração.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Neste processo licitatório, a natureza do objeto não permite o fracionamento dos itens que o compõe, devido às desvantagens e dificuldades que esta escolha traria à Administração Pública para a Execução, Gestão e Fiscalização do Contrato.

As características e obrigatórias interações entre os serviços de engenharia em questão impossibilitariam a atribuição, a diferentes Contratadas, de eventual responsabilidade por danos ou por defeito de execução.

Ademais, mostrar-se-ia antieconômico o custo de mobilização e desmobilização de diferentes empresas para a execução de parcelas individuais e distintas dos serviços necessários, caso fosse essa a escolha da Administração.

Com a opção pelo regime de execução por Preço Global, a administração dilui os custos com abastecimento, administração local, transporte de pessoal, etc. Além disso, é de suma importância que a empresa fornecedora tenha expertise nos serviços a serem realizados e que seus operadores tenham conhecimento apropriado. Dificilmente várias empresas fornecendo teriam um padrão razoável de entendimento dos serviços.

Em face do exposto, foi adotada a contratação pelo regime de Preço Global, destarte permitir o correto planejamento do trabalho, a racionalização dos recursos, melhor gestão de contrato, adequado cumprimento de prazos e padrões de qualidade, além da atribuição de responsabilidade pelos serviços executados.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação do objeto desta licitação está alinhado ao planejamento da Secretaria de Município da Educação e previsto no Plano de Contratações desta Secretaria.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O processo consistirá em realizar a reforma para adequação de acessibilidade das calçadas necessárias para o perfeito funcionamento dos educandários em tela, assim viabilizando a escola a alcançar seus objetivos de forma eficaz uma vez que é perceptível e indiscutível a dependência de todas as demais atividades à estrutura física de uma escola, tornando essa demanda primordial à qualidade de vida e dignidade da comunidade escolar.

14. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

15. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Responsável por preencher o ETP.

JEAN ALEXANDRE PEZZINI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 07/08/2024 às 09:40:28.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação em tela é plenamente viável, sendo uma contratação corriqueira no âmbito da administração pública.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Memorial Descritivo _ Calçadas SMED.pdf (787.5 KB)

Anexo I - Memorial Descritivo _ Calçadas SMED.pdf

MEMORIAL DESCRITIVO

CALÇADAS

Reforma para adequação de acessibilidade das calçadas

AGOSTO/2023

SUMÁRIO

INFORMAÇÕES PRELIMINARES.....	3
APRESENTAÇÃO DO PROJETO.....	3
MEMORIAL DESCRITIVO.....	4
1. SERVIÇOS PRELIMINARES.....	4
1.1 INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS.....	4
1.2 LOCAÇÃO DA OBRA.....	4
1.3 PLACAS DE OBRA.....	4
1.4 LIMPEZA DO TERRENO E OBRA.....	5
2. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA.....	5
2.1 ENCARGADO GERAL E RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO.....	5
2.2 DIÁRIO DE OBRAS.....	5
2.3 PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS.....	6
3. DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES.....	6
4. CONSTRUÇÕES.....	6
5. LIMPEZA.....	11
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	11
8. DATAS E ASSINATURAS.....	11

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

- LOCAL: Santa Maria/RS.
- TEMPO ESTIMADO DE EXECUÇÃO: de acordo com o cronograma físico-financeiro.
- RESPONSÁVEL TÉCNICO PROJETO ARQUITETÔNICO:
Maitê Trojahn Oliveira – Arquiteta e Urbanista – CAU-RS A16.2388-5
- RESPONSÁVEL TÉCNICO ORÇAMENTO:
Luiza Vargas Eichelberger – Engenheira Civil – CREA/RS 236161

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade descrever os serviços a serem executados nas calçadas especificadas, conforme cada projeto, fornecendo condições de uso e acessibilidade aos usuários. As obras de reforma das calçadas não constam em acréscimo de área construída.

É imprescindível a leitura desse memorial, bem como a leitura minuciosa do projeto, para esclarecimentos a respeito desse projeto de reforma de calçadas.

MEMORIAL DESCRITIVO

O projeto constitui-se de todas as informações gráficas que definem a obra a ser feita, bem como todas as especificações técnicas necessárias.

Todo o material empregado na obra será obrigatoriamente de primeira qualidade e comprovada eficiência para o fim que se destina. A eventual necessidade de substituição de qualquer material especificado neste memorial fica sujeita à consulta prévia à fiscalização para a sua aprovação.

A vigilância do local da obra será de inteira responsabilidade da Contratada que deverá manter o local sob guarda permanente até o recebimento da obra por parte da fiscalização. Caberá a Contratada fornecer todo o material, ferramentas, maquinário e equipamento adequado a mais perfeita execução dos serviços, bem como a guarda desses.

A execução de todos os serviços obedecerá às prescrições normativas da ABNT, norma específica, sendo a mão de obra especializada e o acabamento esmerado. Qualquer dúvida, alteração de material ou projeto deverá ser autorizada por escrito pela Fiscalização, com anuência do autor do projeto.

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Deverão ser executadas as instalações provisórias conforme as Normas que disciplinam o assunto, se as instalações do prédio não atenderem.

1.2 LOCAÇÃO DA OBRA

A contratada procederá à aferição das dimensões, dos alinhamentos, dos ângulos e de quaisquer outras indicações constantes do projeto com as reais condições encontradas no local.

Quando necessário, a fiscalização deverá ser consultada para orientação e autorização do serviço.

1.3 PLACAS DE OBRA

A contratada deverá fornecer e instalar as placas de identificação da obra, conforme padrão da Prefeitura Municipal de Santa Maria. Os locais de fixação das placas serão indicados pela fiscalização.

1.4 LIMPEZA DO TERRENO E OBRA

O preparo do terreno constará de limpeza e regularização da área a ser executada a obra, o que permitirá que a área fique livre de qualquer entulho ou restos de materiais, executando todo o movimento de terra necessário e indispensável para o nivelamento do terreno com as cotas e níveis fixados pelo Projeto Arquitetônico e/ou Fiscalização.

A contratada providenciará a limpeza permanente do local durante todo o período de atividade, permitindo o fácil acesso e deslocamento de mão de obra e/ou Fiscalização, garantindo o cumprimento das normas de segurança do trabalho e, inclusive, a desobstrução do local.

2. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

2.1 ENCARGADO GERAL E RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA EXECUÇÃO

A empresa deverá manter um mestre de obras diretamente na obra e um acompanhamento técnico através de um Responsável Técnico Habilitado, que poderá ser Arquiteto ou Engenheiro Civil, com suas devidas Responsabilidades Técnicas (RRT e/ou ART).

O Responsável Técnico pelo acompanhamento da obra deverá preencher e assinar diariamente o Diário de Obra.

2.2 DIÁRIO DE OBRAS

A contratada deverá manter no canteiro um Diário de Obras, de acordo com o disposto do artigo 89, do Decreto Federal nº 73.140, de 09 de novembro de 1973, onde serão registradas as ocorrências da obra, além de outras informações julgadas convenientes, as seguintes:

- Eventuais problemas que venham a ocasionar atraso no cumprimento na etapa prevista, como condições climáticas desfavoráveis, falhas nos serviços de terceiros não sujeitos a ingerência da Contratada, dificuldades na aquisição de material, etc.;
- Consultas e respostas à fiscalização da obra;
- Datas de conclusão de etapas caracterizadas no Cronograma Físico-Financeiro;
- Parecer da fiscalização quanto ao andamento da obra;
- Determinação de providências por parte da fiscalização;
- Interpeleções e respostas à Contratada por parte da fiscalização.

O diário será preenchido e assinado diariamente pelo responsável técnico da obra (Arquiteto e/ou Engenheiro Civil). **O Diário de Obras será preenchido em duas vias, sendo que uma das vias será entregue à Fiscalização.**

2.3 PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

A empresa deverá elaborar e manter no canteiro de obras cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Em até 30 dias após início da obra, a contratada deverá entregar à Fiscalização o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), previsto na Norma Regulamentadora nº 09, visa levantar os riscos (físicos, químicos e biológicos) existentes no ambiente de trabalho e definir medidas de prevenção.

Tem como objetivo estabelecer uma metodologia de ação que garanta a preservação da saúde e integridade dos trabalhadores, frente aos riscos dos ambientes de trabalho.

A elaboração e implantação do PPRA são obrigatórias para todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados, ou seja, 1 funcionário CLT. Não importa grau de risco ou a quantidade de empregados.

São legalmente habilitados para a elaboração do PPRA os Técnicos de Segurança, Engenheiros de Segurança.

O PPRA é um programa de ação contínua, não é um documento. Já o documento-base gerado quando de sua elaboração e as ações que compõem o programa podem ser solicitados pelo Fiscal. Caso a empresa possua o documento-base e não existirem evidências de que esteja sendo praticado, o Fiscal entenderá que o programa não existe.

3. DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES

Deverão ser removidas todas as peças existentes das atuais calçadas para recebimento de novos revestimentos. Os resíduos provenientes das demolições deverão ser removidos do canteiro e destinados para local específico para destinação de resíduos por empresa devidamente normatizada. Os resíduos de obra que permanecerem no canteiro deverão estar acondicionados em caçambas próprias para esta finalidade.

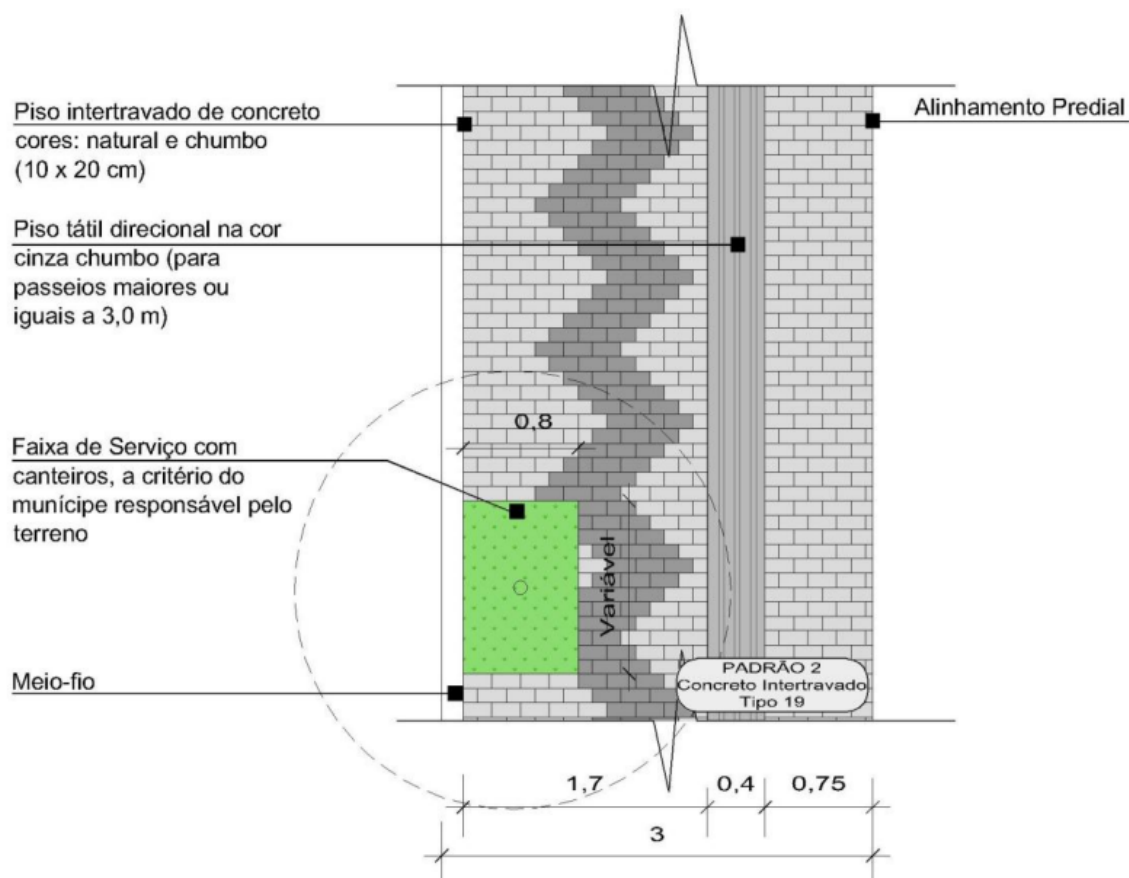
4. CONSTRUÇÕES

Deverão ser feitas novas calçadas conforme o projeto arquitetônico de cada uma delas, em concordância com as especificações do “Caminhe Legal” para cada região, e em concordância com este memorial.

EMEF Santa Helena: Localizada na Rua Clemente Pinto, bairro Camobi.

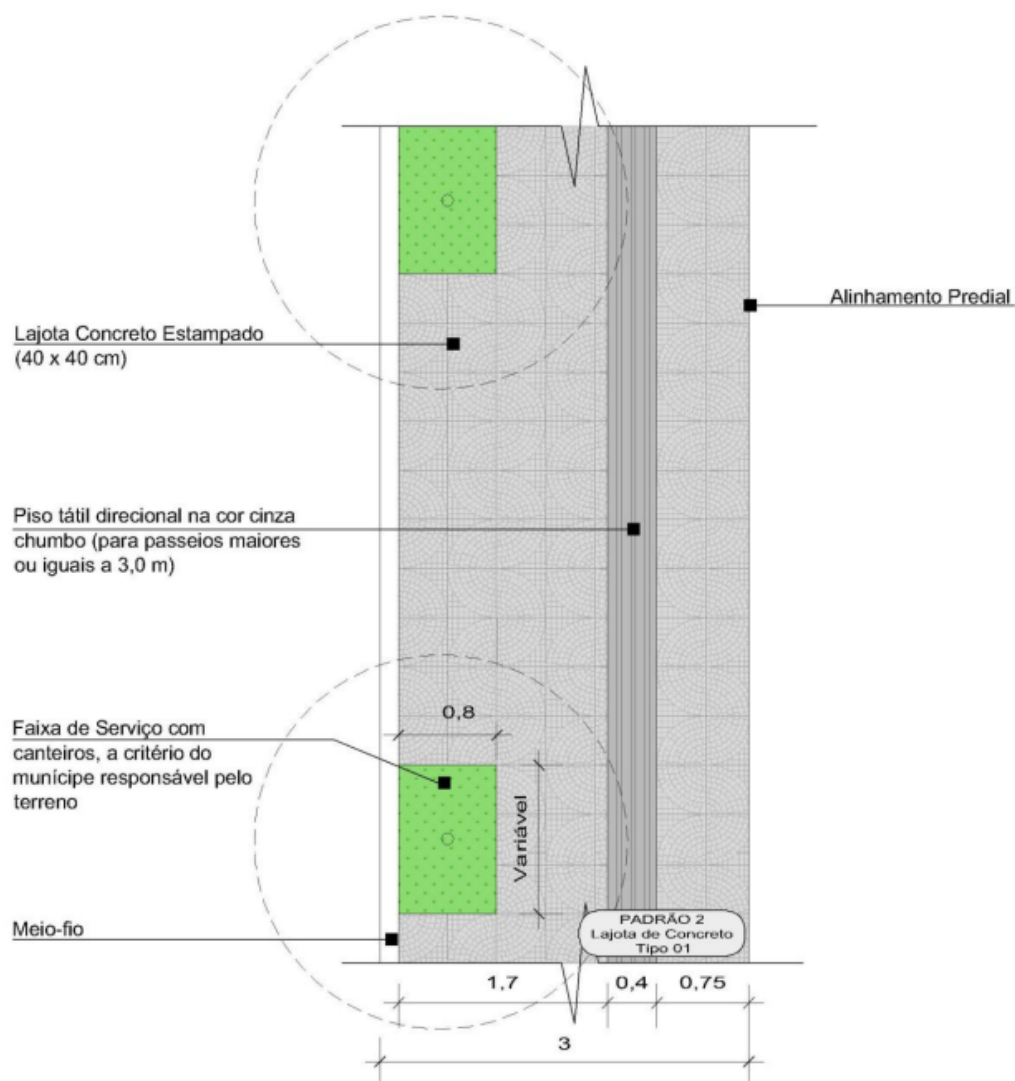
EMEF Livia Menna Barreto: Localizada na Rua Ernesto Pereira, bairro Camobi.

Padrão para pisos de calçadas em Camobi, conforme “Caminhe Legal”:



EMEI Darcy Vargas: Localizada na Rua Borges de Medeiros, bairro Nossa Senhora do Rosário.

Padrão de calçada no bairro Nossa Senhora do Rosário, lajota de concreto estampado, conforme “Caminhe Legal”:



5. LIMPEZA

A contratada providenciará a limpeza permanente do local durante todo o período de atividade, permitindo o fácil acesso e deslocamento de mão de obra e/ou Fiscalização, garantindo o cumprimento das normas de segurança do trabalho e, inclusive, a desobstrução do local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caso sejam utilizados materiais e técnicas construtivas que não estejam contempladas neste Memorial Descritivo e Especificações Técnicas, estes deverão seguir rigorosamente as orientações das normas técnicas (ABNT), as recomendações dos fabricantes de materiais utilizados e, na falta de qualquer indicação, fazer uso da técnica desenvolvida pela prática junto a profissionais de comprovada capacidade, visando soluções de bom senso, **com prévia apreciação dos responsáveis pelos projetos e autorização da Fiscalização.**

8. DATAS E ASSINATURAS

Projeto Arquitetônico

Orçamento

Arq. Maitê Trojahn Oliveira
Arquiteta e Urbanista
CAU/RS A162388-5

Eng. Luiza Vargas Eichelberger
Engenheira Civil
CREA/RS 236161

Proprietário

Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS

Santa Maria, 16 de fevereiro de 2024